



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UTAO | INFORMAÇÃO TÉCNICA n.º 3/2018

Contas das Administrações Públicas: 3.º trimestre de 2017

Ótica da Contabilidade Nacional

16.01.2018

Ficha técnica

Este trabalho foi elaborado com base na informação disponível até 13 de janeiro de 2018.

A análise é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

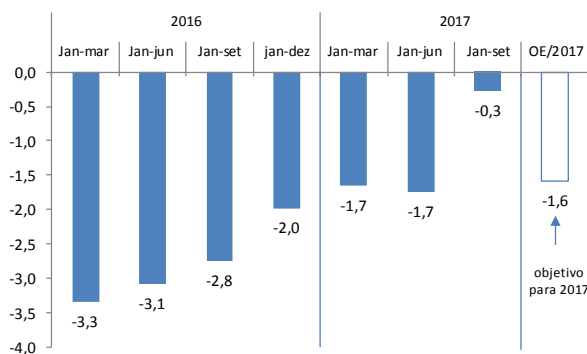
No período de janeiro a setembro de 2017, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 0,3% do PIB. Face ao período homólogo, o défice orçamental registou uma redução de 2,5 p.p. do PIB. O resultado alcançado até setembro situou-se claramente abaixo do objetivo de 1,6% definido no OE/2017 e da estimativa atualizada de 1,4% do PIB divulgada no OE/2018. É previsível que no último trimestre de 2017 o défice se aproxime mais daquela estimativa e que evidencie uma melhoria homóloga menos acentuada, em virtude de um conjunto de efeitos, nomeadamente, o efeito de base do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) realizado no final de 2016, e em 2017 a alteração do perfil de pagamento do subsídio de Natal aos funcionários públicos e pensionistas, a eliminação gradual da sobretaxa de IRS e a atualização de pensões com efeitos a partir de agosto. Para a redução do défice face idêntico período do ano anterior contribuiu sobretudo o aumento da receita e, em menor grau, a redução da despesa. A execução da receita total até ao 3.º trimestre aproximou-se do projetado para o conjunto do ano, tendo o seu crescimento sido impulsionado pela evolução da receita fiscal e contributiva. Na despesa, a redução registada até setembro constitui uma evolução em sentido contrário face ao previsto para 2017. Todas as componentes da despesa registaram evoluções mais contidas do que as projetadas anualmente, com exceção das despesas com pessoal. Estas últimas registaram até setembro uma execução em linha com o projetado, embora se antecipem pressões para o 4.º trimestre que podem colocar em risco o cumprimento do objetivo anual para esta despesa.

A presente nota complementa a análise efetuada na Nota Rápida de 22 de dezembro de 2017 ([Informação Técnica da UTAO n.º 39/2017](#)), e beneficiou de esclarecimentos e elementos adicionais aos quais, posteriormente, esta unidade técnica teve acesso. A análise efetuada baseia-se na informação relativa à conta das administrações públicas até ao 3.º trimestre de 2017, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no dia 22 de dezembro. Os resultados até ao 2.º trimestre de 2017 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data, no âmbito do calendário regular de revisões de contas nacionais.

Saldo orçamental

1 O défice das administrações públicas acumulado em janeiro e setembro de 2017 cifrou-se em 0,4 mil M€, em contabilidade nacional, o correspondente a 0,3% do PIB. O défice apurado pelo Instituto Nacional de Estatística para os primeiros três trimestres de 2017 coincide com o valor central da estimativa avançada para o défice realizada pela UTAO no início de dezembro, publicada na [Informação técnica da UTAO n.º 37/2017](#). Este resultado representa uma redução de 2,5 p.p. do PIB acumulado até setembro face a igual período do ano anterior, na ordem dos em 3,4 mil M€ (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Saldo trimestral das administrações públicas
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza one-off. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º semestre de 2017 alterou-se de 1,9% para 1,7% do PIB.

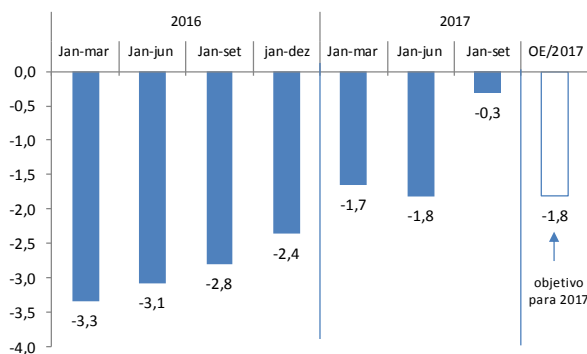
2 Ajustado de operações de natureza one-off o défice situou-se igualmente em 0,3% do PIB. Até setembro, de acordo com a informação disponível até à data, foi recuperada parte da garantia concedida ao BPP, no

valor de 70 M€, operação que assume uma natureza one-off. Para o conjunto do ano, contudo, o OE/2017 previa que fossem recuperados 450 M€, montante que poderá vir a não ser concretizado na sua totalidade. Adicionalmente concretizou-se em setembro a entrega de aviões F-16 à Roménia, cujo impacto no défice é também considerado como one-off. Em 2016, realizou-se também no 3.º trimestre uma operação idêntica. Face a idêntico período de 2016, o défice acumulado até setembro registou igualmente uma redução de 2,5 p.p. do PIB (Gráfico 2).

3 O défice registado até setembro situou-se claramente abaixo do objetivo de 1,6% do PIB definido no OE/2017 (Gráfico 1) e da estimativa atualizada para 2017 de 1,4% do PIB divulgada pelo Ministério das Finanças no OE/2018.

No último trimestre de 2017 é, contudo, previsível que o défice global se aproxime mais daquela estimativa em virtude de um conjunto de pressões e que evidencie uma melhoria menos acentuada face ao período homólogo. Desde logo, por via de um efeito de base positivo sobre o saldo orçamental de 2016 associado ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) e à devolução a Portugal de parte das *pre-paid margins* do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que tiveram lugar no 4.º trimestre de 2016 e que no conjunto ascenderam a 0,4% do PIB anual. Por sua vez, a alteração do perfil de pagamento do subsídio de Natal aos funcionários públicos e pensionistas, de um sistema em duodécimos em 2016 para um sistema em que metade é paga em duodécimos e outra metade é paga no final de 2017, que beneficiou o défice em termos acumulados até setembro, deverá conduzir a um agravamento do défice no último trimestre de 2017. Este efeito de aumento de despesa, líquido do respetivo acréscimo de contribuições sociais, é estimado em cerca de 0,8% do PIB. A estes efeitos somam-se ainda a eliminação gradual da sobretaxa de IRS ao longo do ano de 2017, que deverá conduzir em termos anuais a uma perda de receita de cerca de 0,1% do PIB, mais concentrada no final do ano, e a atualização de pensões com efeitos a partir de agosto de 2017, que se traduz, de acordo com o Relatório do OE/2017, num acréscimo anual de despesa em 0,1% do PIB necessariamente mais concentrada no 4.º trimestre.

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas excluindo o efeito de medidas one-off (em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: As medidas one-off consideradas encontram-se descritas na Caixa 1.

4 Em contabilidade nacional o défice acumulado até setembro situou-se 0,3 p.p. do PIB abaixo do défice apurado em contabilidade pública. Para a diferença entre as duas óticas contabilísticas contribuiu o ajustamento temporal de impostos e contribuições sociais (Tabela 1), que se destina a considerar, em contabilidade nacional, a receita no momento do facto gerador que lhe esteve subjacente ao invés do momento em que ocorreu o seu recebimento. Os outros efeitos contribuíram também para reduzir o défice em contabilidade nacional face ao défice em contabilidade pública. Entre estes destaca-se o ajustamento relativo aos fundos de pensões transferidos para a esfera das administrações públicas, cuja despesa deixou de ser ter efeito sobre o défice em contabilidade nacional, na sequência da adoção do Sistema Europeu de Contas 2010. Por sua vez, o ajustamento entre juros pagos e juros devidos até ao 3.º trimestre contribuiu para agravar, ainda que ligeiramente, o défice em contabilidade nacional. Este ajustamento assume em termos acumulados um montante pouco expressivo, na medida em que o ajustamento de cerca de mil M€ apurado no 2.º trimestre foi praticamente anulado por um ajustamento de sentido contrário registado no 3.º trimestre. Este efeito reflete o padrão intra-anual de pagamento de juros da dívida pública concentrado maioritariamente no 2.º trimestre.

Tabela 1 – Ajustamento entre o saldo das administrações públicas em contabilidade pública e em contabilidade nacional em termos acumulados até ao 3.º trimestre de 2017

	Milhões de euros	% PIB
Saldo em contabilidade pública	-783,0	-0,5%
Ajustamento <i>accrual</i> e delimitação setorial em Contas Nacionais ^{1,2}	129,7	0,1%
Diferença entre juros pagos e devidos	-78,5	-0,1%
Ajustamento temporal de impostos e contribuições	19,5	0,0%
Outros efeitos	318,4	0,2%
Saldo em contabilidade nacional	-393,9	-0,3%

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: 1) Ajustamento *accrual* relativo a empresas públicas, ao SNS e à CGA. Este ajustamento consiste em adicionar os encargos assumidos e não pagos em 2016 e em subtrair os pagamentos realizados durante o ano respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. 2) O efeito da delimitação setorial foi ajustado das injeções de capital em empresas pertencentes ao setor das administrações públicas, pelo facto destas operações consolidarem em termos agregados, não produzindo efeito no saldo orçamental das administrações públicas.

Caixa 1 – Medidas one-off

A interpretação adequada dos principais agregados orçamentais requer a exclusão de fatores de natureza temporária e não recorrente considerados como medidas *one-off*. Deste modo, para efeitos da análise excluiu-se o impacto das seguintes medidas:

2016: (i) Devolução de *pre-paid margins* do Fundo Europeu de Estabilização Financeira; (ii) Acerto de contribuições para a UE; (iii) Entrega de F-16 à Roménia; (iv) Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES).

2017⁽¹⁾: (i) Entrega de F-16 à Roménia; (ii) Recuperação de garantia do BPP.

Nota: (1) De acordo com informação disponível até à data, foram recuperados 70 M€ da garantida do BPP até setembro de 2017, que o OE/2017 previa que pudesse ascender a 450 M€. Por ocasião do OE/2017 não se encontravam ainda considerados no saldo orçamental para 2017 os swaps da STCP e Carris, pelo que esta medida *one-off* equiparada a assunção de dívida não foi considerada no ajustamento do saldo orçamental global previsto no objetivo oficial para 2017.

Receita e despesa

A análise deste capítulo é apresentada em termos ajustados, i.e. excluindo o efeito de fatores de natureza temporária e não recorrente considerados como medidas *one-off*.¹ Como referencial anual para a análise da receita e da despesa é utilizado o OE/2017, conforme aprovado pela Assembleia da República, pelo que os valores utilizados como referência podem diferir, ainda que ligeiramente, dos que constam do Relatório da Proposta de OE/2017.

5 Para a redução do défice ajustado em 3,4 mil M€ face ao período homólogo, o equivalente a 2,5 p.p. do PIB, contribuiu a redução da despesa, mas sobretudo o aumento da receita. Até setembro de 2017, a receita registou um acréscimo de 3,1 mil M€, que se refletiu num crescimento acumulado até setembro de 5,4% face a idêntico período de 2016 (Tabela 2). A despesa total, pelo contrário, evidenciou uma redução de 0,3 mil M€, o equivalente a um decréscimo de 0,5% em termos homólogos. Em termos nominais, cerca de 91% da melhoria do défice orçamental foi alcançada através do aumento da receita.

6 Até ao 3.º trimestre o crescimento da receita aproximou-se do projetado para o conjunto do ano no âmbito do OE/2017. O crescimento homólogo da receita cifrou-se em 5,4%, ligeiramente abaixo do crescimento de 5,9% subjacente ao OE/2017, considerando os dados revistos para 2016 (Tabela 2). O acréscimo global da receita alcançado até setembro ascendeu a 66,3% do acréscimo total da receita projetado em termos anuais (Gráfico 3).

7 O crescimento da receita foi impulsionado pelo desempenho da receita fiscal e contributiva, cuja execução superou o projetado para o conjunto do ano. A receita fiscal até setembro aumentou 6,3% face a idêntico período do ano anterior, ultrapassando o crescimento de 3,3% subjacente ao OE/2017 (Tabela 2). Em termos

¹ Os valores não ajustados encontram-se na Tabela 3 em Anexo.

nominais, a receita fiscal aumentou 2,1 mil M€, o que superou o acréscimo de 1,5 mil M€ projetado em termos anuais (Gráfico 3). Tanto os impostos indiretos como os impostos diretos registaram execuções mais favoráveis do que o previsto. Os impostos indiretos cresceram 7,1% em termos homólogos, um ritmo que supera o aumento de 3,4% subjacente ao OE/2017, evolução para a qual terá contribuído o crescimento da atividade económica. Entre estes, destaca-se o crescimento das receitas de IVA que alcançou 5,6% e de outros impostos sobre a produção, nomeadamente dos impostos sobre operações financeiras de capital e dos impostos sobre o jogo. Por sua vez, os impostos diretos registaram um aumento de 5,2%, também acima do crescimento de 3,2% subjacente aos valores anuais considerados no OE/2017. O crescimento dos impostos diretos deveu-se ao aumento da receita de IRC em 16,1% face ao período homólogo, enquanto a receita de IRS diminuiu em 1,4%. As contribuições sociais aumentaram 5,3% até setembro, quando em termos anuais o valor previsto em sede do OE/2017 tem subjacente um crescimento de 3,5%. A evolução das contribuições sociais reflete o crescimento das contribuições sociais efetivas, que no caso das entidades empregadoras se situou em 7,9% em termos homólogos e no caso das famílias em 4,5%. O aumento registado pela receita de contribuições sociais até setembro também excede o acréscimo que se encontrava previsto em termos anuais (Gráfico 3).

**Tabela 2 – Receita e despesa (ajustadas)
das administrações públicas**

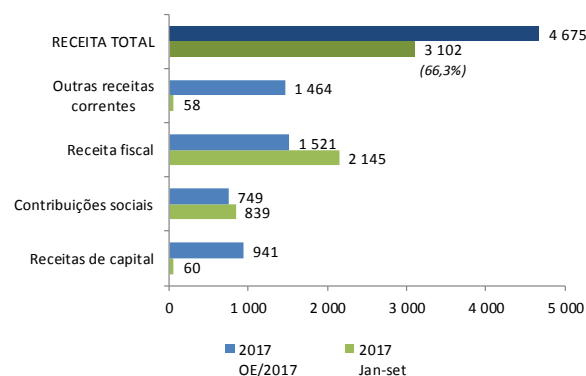
	2016 Jan-set		2017 Jan-set				2017 OE/2017	
	Em milhões de euros	Em % do PIB	Em milhões de euros	Em % do PIB	Variação homóloga em p.p. do PIB em %	Taxa de variação homóloga em %	Em % do PIB	Taxa de variação homóloga em %
Receita Total	57 850	41,7	60 952	42,3	0,6	5,4	43,9	5,9
Receita corrente	57 505	41,5	60 547	42,1	0,6	5,3	43,1	4,8
Receita fiscal	33 831	24,4	35 977	25,0	0,6	6,3	24,9	3,3
Impostos indiretos	20 230	14,6	21 667	15,1	0,5	7,1	14,8	3,4
Impostos diretos	13 601	9,8	14 310	9,9	0,1	5,2	10,2	3,2
Contribuições sociais	15 807	11,4	16 646	11,6	0,2	5,3	11,7	3,5
Outras receitas correntes	7 866	5,7	7 924	5,5	-0,2	0,7	6,5	13,5
Receitas de capital	345	0,2	404	0,3	0,0	17,3	0,8	184,4
Despesa Total	61 735	44,5	61 444	42,7	-1,8	-0,5	45,7	-4,5
Despesa corrente	59 301	42,8	58 856	40,9	-1,9	-0,8	43,1	3,1
Consumo intermédio	7 380	5,3	7 476	5,2	-0,1	1,3	5,6	3,1
Despesas com pessoal	15 678	11,3	15 755	10,9	-0,4	0,5	11,0	0,5
Prestações sociais	26 537	19,1	26 218	18,2	-0,9	-1,2	18,7	1,4
Subsídios	607	0,4	534	0,4	-0,1	-11,9	0,6	13,5
Juros	5 779	4,2	5 567	3,9	-0,3	-3,7	4,3	6,9
Outras despesas correntes	3 319	2,4	3 306	2,3	-0,1	-0,4	2,9	19,8
Despesa de capital	2 434	1,8	2 589	1,8	0,0	6,3	2,6	34,7
FBCF	1 947	1,4	2 148	1,5	0,1	10,3	2,2	44,6
Outras despesas de capital	487	0,4	440	0,3	0,0	-9,6	0,4	0,1
Saldo global	-3 885	-2,8	-493	-0,3	2,5		-1,8	
Saldo primário	1 894	1,4	5 074	3,5	2,2		2,5	
Receita fiscal e contributiva	49 639	35,8	52 623	36,6	0,8	6,0	36,6	3,4
Despesa corrente primária	53 522	38,6	53 289	37,0	-1,6	-0,4	38,7	2,7
Despesa primária	55 956	40,3	55 878	38,8	-1,5	-0,1	41,3	4,3
<i>Por memória:</i>								
PIB nominal	138 691		143 927			3,8		3,0

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Os impostos indiretos correspondem a impostos sobre a produção e a importação e os impostos diretos correspondem a impostos sobre o rendimento e património. Nas outras receitas correntes estão incluídas as vendas. Os dados foram ajustados do efeito das medidas one-off identificadas na Caixa 1.

8 A execução das outras receitas correntes e das receitas de capital até setembro ficou aquém do previsto para 2017. O crescimento das outras receitas correntes (incluindo vendas) ascendeu a 0,7%, inferior ao aumento de 13,5% implícito para o crescimento desta rubrica no OE/2017 face a 2016 (Tabela 2). O aumento das outras receitas correntes reflete a evolução da receita de vendas, que no período em análise cresceu 1,1%. Por sua vez, ao nível dos rendimentos de propriedade, registou-se um crescimento de rendimentos recebidos de sociedades de 39,2% face a 2016, associado ao aumento de

dividendos recebidos do Banco de Portugal e da Parpública. Em sentido contrário, os juros recebidos pelas administrações públicas reduziram-se em 31,5% face ao período homólogo, refletindo a amortização de empréstimos de Cocos no 1.º semestre. As receitas de capital registaram um crescimento de 17,3% face ao período homólogo, mas ainda assim abaixo do que resulta da comparação entre os valores projetados no OE/2017 e os valores observados em 2016. Ao nível das receitas de capital, as transferências recebidas da União Europeia registaram um aumento de 26,8% face ao período homólogo.

**Gráfico 3 – Variação anual da receita (ajustada)
no período janeiro-setembro de 2017
(em milhões de euros)**



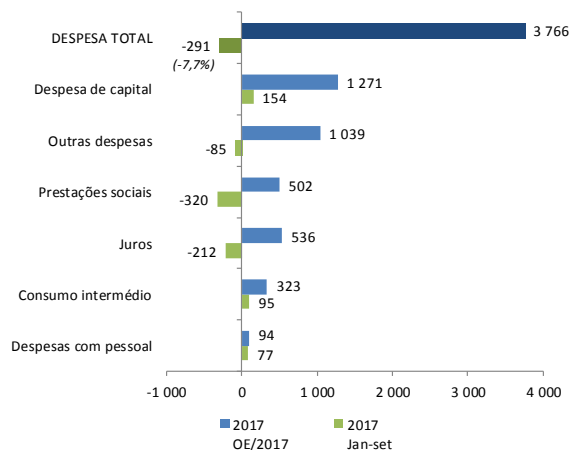
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Os dados foram ajustados do efeito das medidas one-off identificadas na Caixa 1. Entre parêntesis apresenta-se a taxa de execução para a variação a receita total.

9 Até setembro a despesa total registou uma redução face ao período homólogo, evoluindo em sentido contrário ao previsto para 2017. Nos primeiros nove meses de 2017, a despesa total reduziu-se 0,5% em termos homólogos, o que compara com um crescimento de 4,5% implícito no âmbito do OE/2017. Todas as componentes da despesa registaram evoluções mais contidas do que as projetadas anualmente, com exceção das despesas com pessoal (Tabela 2).

10 Para a evolução da despesa total em sentido contrário ao projetado contribuiu principalmente a evolução registada pela despesa com prestações sociais, com juros da dívida pública e com outras despesas correntes (Gráfico 4). A despesa com prestações sociais reduziu-se 1,2% até setembro, o que compara com um aumento de 1,4% subjacente ao OE/2017. A redução das prestações sociais refletiu a melhoria das condições no mercado de trabalho, com a consequente redução das prestações de desemprego, e a alteração do sistema de pagamentos do subsídio de Natal aos pensionistas, que, à semelhança do que sucede nas despesas com pessoal, contribuiu para reduzir esta despesa até ao 3.º trimestre. A despesa com juros caiu 3,7% face a idêntico período do ano anterior, quando em termos anuais se projetava um aumento de 6,9%. Face ao final de setembro de 2016 a dívida pública aumentou em aproximadamente de 5 mil M€ em termos nominais, embora o seu peso no PIB se tenha reduzido em 2,0 p.p. do PIB para 130,8 % (Gráfico 5). Para a redução da despesa com juros contribuiu a diminuição da taxa de juro implícita da dívida pública, que no 3.º trimestre de 2017 se situou em 3,1%. Neste âmbito, é de assinalar a amortizações antecipadas do empréstimo do FMI, obtido

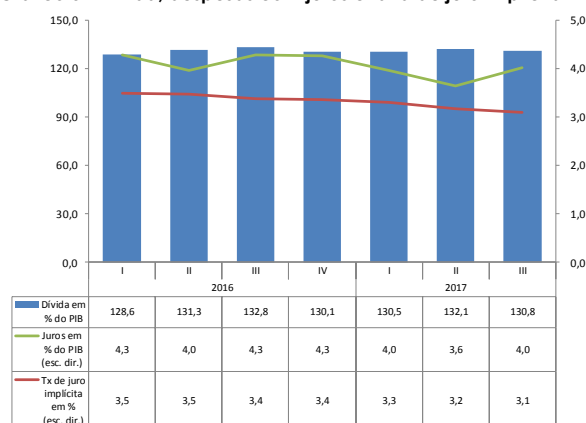
no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira e a redução das taxas de juro nas novas emissões de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Gráfico 4 – Variação anual da despesa (ajustada) no período janeiro-setembro de 2017
(em milhões de euros)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: As outras despesas apresentadas no gráfico incluem as outras despesas correntes e os subsídios. Entre parêntesis apresenta-se a taxa de execução para a variação a despesa total.

Gráfico 5 – Dívida, despesas com juros e taxa de juro implícita



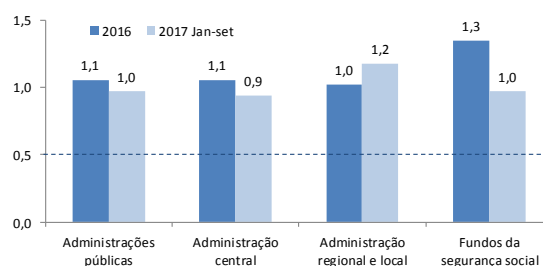
Fontes: INE, Banco de Portugal e cálculos da UTAO. | Notas: A definição utilizada para a dívida pública é a estabelecida no âmbito do PDE (vulgo "Dívida de Maastricht"). A taxa de juro implícita resulta do quociente entre as despesas com juros do ano terminado no trimestre e o stock de dívida do final do período anterior.

11 Também as outras despesas correntes registaram uma evolução de sentido contrário ao previsto. As outras despesas correntes diminuíram até setembro 0,4% em termos homólogos, quando em termos anuais se encontra projetado um crescimento de 19,8% em 2017. A evolução desta despesa teve subjacente uma redução das transferências correntes para as Instituições Europeias e das contribuições para os recursos próprios da União Europeia com base no IVA e no Rendimento Nacional Bruto, a qual foi em grande medida compensada por um aumento das transferências correntes das administrações públicas para Instituições sem Fins Lucrativos.

12 Por sua vez, as despesas com pessoal até setembro registaram uma execução em linha com o projetado, embora existam pressões previstas para o 4.º trimestre que podem colocar em risco o cumprimento do objetivo anual para esta despesa. As despesas com pessoal

evidenciaram um crescimento de 0,5% face ao período homólogo, idêntico ao crescimento subjacente ao OE/2017 (Tabela 2). A substituição do número de funcionários públicos à taxa de 2:1, traçada como objetivo para 2017, continuou a não ser cumprida até setembro, à semelhança do que sucedeu em 2016 e em 2017 até ao 1.º semestre. A informação divulgada pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público evidencia uma relativa manutenção do número de trabalhadores no conjunto das administrações públicas face ao período homólogo, com uma taxa de substituição de 1:1 (Gráfico 6). No quarto trimestre, a alteração do momento de pagamento do subsídio de Natal, de um sistema em duodécimos em 2016 para um sistema em que metade é paga em duodécimos e a outra metade é paga no mês de novembro em 2017 deverá contribuir para uma aceleração no último trimestre de 2017. Em sentido contrário, é exetável um abrandamento desta despesa por via do efeito de base associado à reposição de gradual dos vencimentos dos funcionários públicos que teve lugar em 2016.

Gráfico 6 – Rácio de entradas por saídas de trabalhadores nas administrações públicas



Fontes: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e cálculos da UTAO. | Notas: O rácio de entradas por saídas de trabalhadores representa o número de trabalhadores que entraram nas administrações públicas por cada trabalhador que saiu deste setor. A política de substituição de funcionários à taxa de 2:1 corresponde a um rácio de 0,5.

13 No consumo intermédio, o crescimento foi mais moderado do que o projetado para o conjunto do ano. Até setembro, o consumo intermédio aumentou 1,3%, o equivalente a aproximadamente 0,1 mil M€ (Gráfico 4), evidenciando um ritmo de crescimento inferior ao previsto no âmbito do OE/2017 (Tabela 2). Os encargos com Parceria Público-Privadas (PPP) aumentaram 3,4% nos primeiros três trimestres de 2017. Excluindo os encargos com PPP, a despesa de consumo intermédio registou até setembro um crescimento de 1,2%.

14 O crescimento da despesa de investimento permaneceu aquém do previsto, apesar do investimento ter acelerado face ao registado no 1.º semestre. A FBCF aumentou 10,3% nos três primeiros trimestres, um ritmo inferior ao crescimento de 44,6% implícito no OE/2017 (Tabela 2). Em termos nominais, o aumento da FBCF das administrações públicas até setembro representa cerca de 16% do acréscimo total previsto no OE/2017. A evolução da FBCF refletiu o crescimento do investimento ao nível da Administração Regional e Local, na ordem dos 15,4% em termos acumulados até setembro. Ao nível da Administração Central o crescimento do investimento foi mais moderado, na ordem dos 3,0%, tendo havido neste último subsector uma redução do investimento realizado em grandes empresas públicas, nomeadamente hospitais EPE, Parque Escolar, Metro de Lisboa e RTP.

Anexo

Tabela 3 – Receitas e despesas (não ajustadas) das administrações públicas

	2016 Jan-set		2017 Jan-set				2017 OE/2017	
	Em milhões de euros	Em % do PIB	Em milhões de euros	Em % do PIB	Varição homóloga em p.p. do PIB	Taxa de variação homóloga em %	Em % do PIB	Taxa de variação homóloga em %
Receita Total	57 850	41,7	61 022	42,4	0,7	5,5	44,1	5,6
Receita corrente	57 505	41,5	60 547	42,1	0,6	5,3	43,1	4,2
Receita fiscal	33 831	24,4	35 977	25,0	0,6	6,3	24,9	2,5
Impostos indiretos	20 230	14,6	21 667	15,1	0,5	7,1	14,8	3,1
Impostos diretos	13 601	9,8	14 310	9,9	0,1	5,2	10,2	1,7
Contribuições sociais	15 807	11,4	16 646	11,6	0,2	5,3	11,7	3,3
Outras receitas correntes	7 866	5,7	7 924	5,5	-0,2	0,7	6,5	13,5
Receitas de capital	345	0,2	474	0,3	0,1	37,5	1,0	138,8
Despesa Total	61 665	44,5	61 415	42,7	-1,8	-0,4	45,7	4,6
Despesa corrente	59 301	42,8	58 856	40,9	-1,9	-0,8	43,1	3,0
Consumo intermédio	7 380	5,3	7 476	5,2	-0,1	1,3	5,6	3,1
Despesas com pessoal	15 678	11,3	15 755	10,9	-0,4	0,5	11,0	0,5
Prestações sociais	26 537	19,1	26 218	18,2	-0,9	-1,2	18,7	1,4
Subsídios	607	0,4	534	0,4	-0,1	-11,9	0,6	13,5
Juros	5 779	4,2	5 567	3,9	-0,3	-3,7	4,3	6,9
Outras despesas correntes	3 319	2,4	3 306	2,3	-0,1	-0,4	2,9	17,8
Despesa de capital	2 364	1,7	2 560	1,8	0,1	8,3	2,6	38,9
FBCF	1 877	1,4	2 119	1,5	0,1	12,9	2,2	50,5
Outras despesas de capital	487	0,4	440	0,3	0,0	-9,6	0,4	0,1
Saldo global	-3 815	-2,8	-394	-0,3	2,5		-1,6	
Saldo primário	1 964	1,4	5 173	3,6	2,2		2,8	
Receita fiscal e contributiva	49 639	35,8	52 623	36,6	0,8	6,0	36,6	2,8
Despesa corrente primária	53 522	38,6	53 289	37,0	-1,6	-0,4	38,7	2,6
Despesa primária	55 886	40,3	55 849	38,8	-1,5	-0,1	41,3	4,3
<i>Por memória:</i>								
PIB nominal	138 691		143 927			3,8		3,0

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. I Notas: Os impostos indiretos correspondem a impostos sobre a produção e a importação e os impostos diretos correspondem a impostos sobre o rendimento e património. Nas outras receitas correntes estão incluídas as vendas.